

A Biblioteca da Real Academia dos Guardas-Marinha:

**A CONSTITUIÇÃO E ORGANIZAÇÃO DE UM ACERVO
ESPECIALIZADO MEDIADA PELA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO
OFICIALATO MILITAR-NAVAL**

The library of Real Academia dos Guardas-Marinha: the formation and organization of a specialized library mediated through professional training the officer corps of the Navy and Army

Carlos André Lopes da Silva ¹

RESUMO



Em 1802, era criada uma biblioteca para prover lentes e alunos da Real Academia dos Guardas-Marinha, instituição militar de ensino que formava o oficialato empregado na Marinha portuguesa, de saberes diversos relacionados com a atividade de uma marinha de guerra. Com a vinda daquela Academia junto com a Corte, a Biblioteca dos Guardas-Marinha tornou-se a primeira biblioteca pública a funcionar no Rio de Janeiro. Contudo, é a organização temática estabelecida pelo seu primeiro diretor que demonstra o entrelaçamento entre conteúdos científicos e artes mecânicas na formação profissional do oficialato militar-naval no período joanino.

Palavras-chave: Marinha de Portugal. Biblioteca. Ensino Naval. Academia dos Guardas-Marinha. Ciência Militar.

ABSTRACT



In 1802, a library was created to provide knowledge related to naval warfare teachers and students of the

¹ Pesquisador da Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha, é autor da dissertação *A Real Companhia e Academia dos Guardas-Marinha: aspectos de uma instituição militar de ensino na alvorada da profissionalização do oficialato militar, 1808-1839* (2012) do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Sócio emérito do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e membro do Laboratório de Estudos sobre os Militares na Política (LEMP-UFRJ).

Royal Academy of the Guards navy, military school which formed the officer corps employed in the Portuguese Navy. This library became the first public library opened in Rio de Janeiro with the coming of the Naval Academy with the Portuguese Court. However, the thematic organization of the collection by the first director of the library able to demonstrate the relationship between science and the mechanical arts in professional training the military officer corps during the reign of d. João VI.

Keyword: Portuguese Navy. Library. Naval Education. Academia dos Guardas-Marinha. Militar Science.

Estimulado pelas novas funções dadas pelo amado tio e tão pouco podendo segurar a impetuosidade própria dos jovens, um certo Pedro batia-se contra a resistência típica da máquina estatal representada por um funcionário com muitos anos “de casa” e bastante respeitado pelos seus pares. Embora se utilizasse da autoridade do parente poderoso para fazer valer sua posição, que, mesmo defendida por vias tortas, trazia ares modernizadores e até “democráticos”, a reação do burocrata a qualquer mudança nas rotinas já sedimentadas e seu zelo pelo patrimônio público mantiveram, no final das contas, as coisas como estavam.

Essa situação poderia fazer parte do anedotário de qualquer repartição pública brasileira, levantando discussões que vão do nepotismo à inércia da nossa burocracia. Contudo, ocorreu a mais de 200 anos, quando um infante espanhol e um militar português divergiram sobre como lidar com uma biblioteca recém-instalada em uma cidade “brasileira” sem aparelhos similares. O pequeno, mas significativo, embate envolveu d. Pedro Carlos de Bourbon, sobrinho de d. João, príncipe-regente de Portugal, e o capitão de mar e guerra José Maria Dantas Pereira de Andrade, comandante da Real Academia dos Guardas-Marinhas. Discordavam sobre tornar ou não acessível a todos os súditos a primeira biblioteca pública estabelecida em terras brasileiras, a Biblioteca da Academia dos Guardas-Marinhas.

O Il.^{mo} S. Considerando não haver nesta Corte Biblioteca publica e conhecendo a grande utilid.^e q. se segue ao Estado de se patentear a da Companhia dos GG. MM. Ordena que se conceda franca entrada na mencionada Biblioteca a todas as Classes de Pessoas, q. alem das mencionadas se conhecer podem tirar fruto do seu trabalho; devendo rezidir effectivamente hum Bibliotacario, ou Porteiro q. de tal serve, ou seu Ajud.^e p.^a q. tenha cuid.^o na boa Ordem da ditto, e de q. as pessoas q. a frequentarem tratem os livros como devem.(REGISTRO de 4 de junho 1810, IIIM552)²

D. Pedro Carlos, nomeado almirante-general da Armada Real com apenas 21 anos, criticava através do ofício acima as “Ordens para a Policia, e Regimento da Biblioteca da

² “Registro dos Officios ao Comandante da Companhia dos GG MM, e Director da Academia, o qual tem principio no Mez de Julho de 1809”. Série Marinha - Arquivo Nacional (doravante SM-AN).

Companhia dos GG. MM”, rascunhadas pelo comandante da Academia dos Guardas-Marinhas, uma proposta de regulamento para a biblioteca especializada vinculada àquela Academia, que, em 1810, acabara de ser completamente transferida para a nova sede do Estado português, o Rio de Janeiro. O infante que casou-se com Maria Teresa, uma das filhas de d. João, recebeu na data de suas núpcias, em 13 de maio de 1808, um cargo especialmente criado para seu vivo interesse com os assuntos navais, dividindo – ou mesmo suplantando segundo alguns autores (MAIA, 1975: 35)³ – com o ministro dos Negócios da Marinha a condução dos navios de guerra, quadros de pessoal e estabelecimentos de apoio.

Tal influência chegava, inclusive, à Academia dos Guardas-Marinha, criada em 1782 para fornecer o preparo técnico requerido a todos os que quisessem adentrar no oficialato da Marinha portuguesa. Essa escola ministrava um rol de saberes percebido como essencial para a operação militar de um navio a vela e dividia sua “grade curricular” em dois cursos concomitantes e complementares, o curso matemático e o das artes marinheiras e militares. Dantas Pereira, que passara boa parte da carreira como lente de matemática da própria Academia, a comandava desde 1800. Porém, distante da caricatura contemporânea do burocrata com muitos anos “de casa”, aquele oficial de marinha era um homem das Luzes, sócio da Academia de Ciências de Lisboa desde 1792 (BOITEUX, H., 1939: 326-330)⁴, autor e tradutor de obras sobre os mais diversos assuntos, da matemática, sua especialidade, à legislação criminal.

Enquanto o membro da Família Real reconhecia o quão benéfico seria tornar acessível “a todas as pessoas q. se quiserem aproveitar dos Conhecimentos da Biblioteca possuão escrever Copias dos Artigos, Paragrafos, ou outros quaesquer Titulos q. lhe convier” (REGISTRO de 4 junho de 1810, IIIM552), Dantas Pereira parecia temer os riscos dessa liberalidade para um acervo que já tinha passado por uma guerra e uma viagem oceânica. O militar e matemático acabou conseguindo do infante que a biblioteca fosse aberta apenas para os oficiais da Marinha e livros e manuscritos emprestados exclusivamente aos lentes da Academia dos Guardas-Marinha, que deles necessitavam para preparar suas aulas.

Instituída por decreto de 1º de abril de 1802, a Biblioteca da Academia dos Guardas-Marinha pretendia reunir “escriptos marítimos dos auctores portuguezes, quer manuscriptos, quer impressos.” (RIBEIRO, 1873: 188) para uso prioritário dos lentes e instrução dos aspirantes e guardas-marinha, os alunos-militares da Academia. Criada seis anos depois da Real Biblioteca Pública,⁵ a Biblioteca era dirigida pelo próprio comandante

3 O historiador naval brasileiro João do Prado Maia chega a afirmar que as atribuições desse novo e exclusivo cargo “ultrapassavam em importância à do próprio Ministro, com quem, não raro entrou em conflito.” (MAIA, 1975: 35)

4 Na síntese biográfica de Dantas Pereira há uma relação das obras de sua autoria separadas em três grandes grupos: Matemática, Marinha e Literatura. (BOITEUX, H., 1939: 326-330)

5 A Real Biblioteca Pública, criada no âmbito da Real Mesa Censória e planejada ainda nos tempos de Pombal, por decreto de 2 de dezembro de 1775, não partilhava o acervo da Real Biblioteca, de uso exclusivo do rei e seus descendentes, sendo aquele o primeiro acervo de escritos de posse do Estado português franqueado ao público em geral. (SCHWARCZ, 2002: 140-141; SOARES, 1869: 106-107)

da Academia dos Guardas-Marinha. Os recursos para a aquisição dos livros vinham das multas cobradas dos alunos-militares pelas infrações de pequena gravidade, como atrasos e esquecimento do material individual requerido para o acompanhamento das aulas. (RIBEIRO, 1873: 188-189)

Seis anos após sua criação, um lente da Academia informou que a Biblioteca contava com 1.006 volumes antes do “pequeno saque” de 24 obras praticado pelas tropas franco-espanholas que ocuparam Lisboa. (ALBUQUERQUE, 1982: 140) Contudo, aquela pilhagem foi mais sentida por não ter sido aleatória, já que realizada por um especialista, o *capitaine de vasseau* Jean-Jacques Magendie.⁶ Somente quando os invasores foram expulsos, a Biblioteca dos Guardas-Marinha e tantos outros pertences esquecidos no cais na correria que precedeu a partida da Família Real – “pertences” como a Real Biblioteca do Paço da Ajuda, esta privativa da Casa Real (SCHWARCZ, 2002: 262-269) – puderam cruzar o Atlântico. Em 1809, a Charrua *S. João Magnanimo* partia de Lisboa com livros, manuscritos, instrumentos náuticos, modelos navais e mobília, todos relacionados em um detalhado inventário feito a mando de Bernardo Ramires Esquível, o Barão de Arruda, o lugar-tenente de d. Pedro Carlos em Portugal.⁷ Diferente dos 982 “volumes” que restaram após o saque francês, essa relação feita cerca de um ano depois, às vésperas do embarque para o Rio de Janeiro, discrimina cerca de 720 “títulos”, informando diligentemente autores, número de tomos de cada obra e quantas cópias existiam no acervo.⁸

Três anos depois e já com dez anos de fundação, a Biblioteca dos Guardas-Marinhas contava com 760 títulos, listados por Dantas Pereira no *Catalogo Systematico da Bibliotteca da Companhia dos GG. MM. Feito de Ordem do Inspector respectivo em 1812*.⁹ Concluído em abril daquele ano, esse manuscrito de 31 páginas, muito além de simplesmente arrolar, secciona o acervo em cinco grandes áreas do conhecimento: ciências naturais (divisão I), ciências matemáticas puras e mistas (II), ciências e artes navais (III), ciências e artes militares de terra (IV) e polimatia (V), (POLYMATHIA. In: PINTO, 1832)¹⁰ a última divisão, que agrupava todas as obras cuja temática não se encaixava em nenhuma das outras áreas.

6 O ex-comandante da Nau *Bucentaure* de 80 canhões, ferido na Batalha de Trafalgar, foi enviado a Lisboa como supervisor das atividades daquele porto, a autoridade máxima da Marinha francesa durante aquela curta ocupação. Embora a “Relação da Mobilia existente da Companhia e Real Academia dos Guardas-Marinhas” feita em Lisboa, em 8 de novembro de 1808, pelo segundo-tenente Lourenço Germak Possolo, secretário da Academia, pelo capitão de mar e guerra Antônio Gonçalves Pereira, lente de Artilharia, indiquem a ausência de somente 24 “volumes”, a escolha criteriosa de Magendie transformou-a em “um grande cerceamento”. (ALBUQUERQUE, 1982: 143-146; RIBEIRO, 1873: 189)

7 O “Inventário de tudo quanto pertence à Real Accademia dos Goardas Marinhas e Vai embarcar para o Rio de Janeiro em a Charrua S. João Magnanimo Por ordem do Ex.mo Senhor Barão da Arruda Almirante da Armada Real” está reproduzido em ALBUQUERQUE, 1982: 148 et seq.

8 Não há referência clara nas fontes sobre a pretensa diminuição do acervo em cerca de 200 volumes, contudo, a quantificação em “volumes” no primeiro levantamento remete a uma contagem sobre maços e encadernações e não sobre obras, onde uma formada por tomos separados ou com diversas cópias disponíveis é contada uma única vez. Nos dois inventários citados neste artigo a contagem foi feita por “títulos”.

9 Foi consultado o fac-símile feito pela Biblioteca da Marinha desse manuscrito que faz parte do acervo da Biblioteca Nacional.

10 O manuscrito intitula-se “Multiplicidade de doutrina”.

Mais que o aumento do número de títulos disponíveis, do *Catálogo* de 1812 intui-se as fronteiras intelectuais da própria formação profissional do oficialato da Marinha no mundo militar português do começo dos Oitocentos. Percorrendo as cinco divisões, a Biblioteca dos Guardas-Marinha apresenta-se como um fragmento do panorama científico daquele período, apontando para a interseção entre as ciências e a atividade militar naquilo que contemporâneos nominavam “ciência militar”. O uso desse termo no Portugal joanino não tem relação direta com o estudo do fenômeno “guerra” desenvolvido pelo militar e teórico prussiano Carl von Clausewitz e, posteriormente, utilizado pelo cientista político Samuel P. Huntington para caracterizar o amadurecimento da profissão militar. (HUNTINGTON, 1996: 46-50) Se aproximaria mais da aplicação às necessidades da atividade militar, do combate em si, dos mais diversos ramos de uma ciência decantada pelos enciclopedistas do século XVIII.

Como alerta Nizza da Silva, o estudo histórico da atividade e difusão científica tem que fugir das armadilhas engendradas pela “prefiguração das ciências hoje existentes”, buscando reconstituir o quadro científico de uma época através de “um sistema de classificação das ciências então mais comum”, que chega até nós, principalmente, pelos catálogos de bibliotecas. Reinstituí-se, assim, o sentido duma ciência passada “com a mescla de verdade e erro que continham, com disciplinas que hoje jamais receberiam o nome de ciências, com os momentos de estagnação, de glosa, de divulgação e não apenas com os momentos de criação.” (SILVA: 1977: 113-114)

A sistemática de aquisição sugerida no decreto de fundação da Biblioteca dos Guardas-Marinha baseava-se nas preferências e intenções do comando militar daquela Academia. Não havia, na letra da lei, nenhuma instrução que enumerasse quais obras, ou mesmo assuntos, fariam parte do acervo, a seleção das obras recebia, quando muito, a colaboração da Congregação de Lentes. Situação diferente da encontrada na Real Academia Militar do Rio de Janeiro, instituição de ensino vinculada ao Exército estabelecida em 1810. Os seus estatutos originais, imputados ao espírito ilustrado do então ministro da Guerra d. Rodrigo de Souza Coutinho, traziam uma relação de livros que forneceriam a base teórica para a produção dos compêndios de cada disciplina pelos seus respectivos lentes catedráticos. Embora a relação de obras presente naqueles estatutos tenha estimulado o comércio livresco na nova capital do reino (MOTTA, 2001: 30), não provocou, de imediato, o aparecimento de uma biblioteca vinculada à Academia Militar,¹¹ obrigando seus lentes a recorrer à Biblioteca dos Guardas-Marinha para elaboração de seus compêndios e aulas. (DUARTE, 2004: 148)

¹¹ A superficial constatação de Motta sobre a inexistência de uma biblioteca nos primeiros anos da Academia Militar (MOTTA, 2001: 27) parece se sustentar no parágrafo do título segundo (Número dos professores, ciências, que devem ensinar, e dos seus substitutos) dos estatutos de 1810 que indicava que o lente de história militar do projetado oitavo ano do curso acadêmico acumularia a função de bibliotecário de uma “biblioteca científica e militar”. Como o oitavo ano não se concretizou e as aulas de história militar nunca chegaram a ser ministradas, Motta concluiu que um bibliotecário não fora contratado e a biblioteca nunca montada. Duarte não chegou a uma conclusão tão cartesiana, incluindo, em sua dissertação, uma análise do perfil científico e literário da Academia Militar através das obras escolhidas por d. Rodrigo de

Já os próprios estatutos da Academia dos Guardas-Marinha, promulgados em 1796, não definiam quais obras os lentes deveriam utilizar na instrução dos alunos. Somente arrolavam, acompanhadas de brevíssimas descrições de conteúdo, as disciplinas ministradas ao longo de três anos letivos nos cursos matemático e das artes. O quadro abaixo pretende mostrar o concomitante ensino das disciplinas científicas do “curso matemático”, ministradas pela manhã, e das artes, que reunia as diversas “fainas” e “faxinas” de um navio de guerra, e que tinham lugar à tarde:

| | Curso Matemático | Artes |
|---------------|---|---|
| 1º Ano | <ul style="list-style-type: none"> - Aritmética - Geometria - Trigonometria reta com seu uso prático mais próprio aos oficiais do mar | <ul style="list-style-type: none"> - Aparelho (nomes dos diversos equipamentos, aparelhamento, uso e manutenção) |
| 2º Ano | <ul style="list-style-type: none"> - Princípios de álgebra até equações de segundo grau - Aplicações da álgebra e da aritmética na geometria - Seções cônicas - Mecânica com a sua aplicação imediata ao aparelho e manobra | <ul style="list-style-type: none"> - Desenho de marinha - Nomes, figuras, usos, escarvas, embaraçamentos, pregaduras e posições do madeireiro de construção - Formatura e construção do estaleiro - Construção metódica da embarcação - Diferentes partes do porão e modo de o arrumar - Maneira de fazer os três planos, de elevação, horizontal e de projeção - Fainas de fazer entrar, sair e de escorar o navio no dique |

Souza Coutinho, compreendendo que tais livros constituiriam o acervo primitivo de uma proto-biblioteca e que sínteses e traduções de muitas dessas obras seriam publicadas pela Imprensa Régia e disponibilizadas para consulta na Real Biblioteca. Entretanto, Duarte alerta que, pelo menos até os anos de 1830, a Academia Militar não havia constituído uma biblioteca própria. (DUARTE, 2004: 142-161)

| | | |
|---------------|---|--|
| 3º Ano | <ul style="list-style-type: none"> - Trigonometria esférica - Navegação teórica e prática - Rudimentos da tática naval | <ul style="list-style-type: none"> - Desenho (continuação) - Artilharia embarcada: peça, carreta, palamenta, vestidura e demais instrumentos de artilharia e exercícios de fogo - Modo de embarcar, montar e desmontar a peça de artilharia - Examinar e encartuchar a pólvora - Armar brulotes, servir-se de galeotas de lançar bombas e mais embarcações do gênero - Modo de atacar uma praça marítima - Solução dos diversos problemas da artilharia prática, empregando os princípios matemáticos |
|---------------|---|--|

Tabela segue a divisão de matérias pelos três anos de curso e pela primeira grande divisão entre “Curso Mathematico” e “Artes”, conforme informado no título “Divisão, e Distribuição das Lições” da carta régia de 1º de abril de 1796, transcrita em: SCAVARDA, 1955: 50-51. As denominações de cada uma das matérias foram adaptadas (atualizada a grafia e sintetizadas as descrições) somente quando a definição pormenorizada e longa de cada um dos conteúdos impedia seu uso em uma tabela.

A separação entre o curso matemático e o das artes aponta para a oposição entre a profissão e o ofício, caracterizando a Academia dos Guardas-Marinha como uma academia militar híbrida, pois, enquanto generalizava aos novos oficiais da Marinha portuguesa as ciências das Luzes aplicadas à atividade da guerra – como a trigonometria esférica, utilizada nos cálculos de posição do navio, ou mesmo a balística, essencial para a pontaria no tiro –, mantinha no currículo toda uma série de “matérias” relacionadas a atividades típicas das corporações de ofício, como uma carpintaria advinda dos mestres-construtores da Ribeira das Naus e a arte da manobra das velas, somente “descrita” na prática cotidiana dos marinheiros.

Se em um pequeno texto introdutório ao *Catalogo*, Dantas Pereira informou que as divisões temáticas no acervo da Biblioteca serviriam para “guiar o Estudante ao prompto conhecimento, seja do progresso, ou marcha do espírito humano”(DANTAS PEREIRA, 1812: 1), a junção das “ciências” e das “artes” navais (próprias das marinhas) e militares

(relacionadas aos exércitos) em duas das cinco grandes divisões explicita a singularidade da formação profissional do oficialato da Marinha portuguesa frente às maiores marinhas europeias da passagem do século XVIII para o XIX.

Por um lado, as monarquias absolutas de França e Espanha investiam em uma formação eminentemente teórica, que tinha seu lócus nas suas academias de guardas-marinha. Malgrado as estruturas curriculares, franceses e espanhóis investiam nas ciências matemáticas aplicadas, isentando seus proto-oficiais de marinha de qualquer treinamento prático antes que embarcassem para exercer funções de comando em navios de guerra. Em outro extremo, a Marinha inglesa privilegiava o treinamento cotidiano a bordo dos navios de guerra na formação de seus oficiais, enfocando todo um conjunto de artes marinheiras em detrimento, muitas vezes, do saber científico, de incerta aplicação na refrega entre navios.¹²

Seguindo a compartimentação presente no *Catálogo*, que espelhava, segundo o próprio Dantas Pereira, a organização da Biblioteca, a primeira grande área descrita era a das ciências naturais, que reunia 54 obras, entre impressos e manuscritos, e estava organizada em três subdivisões; uma para botânica, química e história natural, outra para física e uma última denominada polígrafos, que agrupava obras que tratavam de mais de um desses assuntos. Na subdivisão de botânica, química e história natural eram encontradas dezenove obras de nove autores diferentes, publicadas entre 1784 e 1804.¹³ Na subdivisão dedicada à física, existiam 27 obras de dezesseis autores, editadas entre 1726 e 1789, e, dentre os chamados polígrafos da área das ciências naturais, estavam oito obras de sete autores diferentes.

Alguns desses impressos constavam da relação de obras a serem utilizadas pelos lentes da Academia Militar para produção de seus compêndios. Duas das obras recomendadas ao lente do 4º ano do curso da Academia Militar – *Dictionnaire raisonné de physique e Traité élémentaire ou Principes de physique*,¹⁴ ambas do físico e zoólogo francês Mathurin Jacques Brisson – faziam parte da subdivisão de física. Nos estudos de mineralogia, no 6º ano, um dos autores indicados era o abade René Just Hauy, com seu *Traité de minéralogie*, em cinco

12 Sobre a formação diferenciada da ampla maioria do oficialato empregado na Marinha inglesa, baseada no aprendizado fragmentado em cada um dos navios de guerra e desvinculado da centralidade de uma “academia militar”, partimos dos estudos histórico-sociológicos de Norbert Elias (2007) sobre a gênese da “profissão naval” no contexto militar inglês.

13 Todas as informações sobre as obras que constituiriam, em 1812, o acervo da Biblioteca dos Guardas-Marinha e sua organização foram retiradas de DANTAS PEREIRA, 1812. Em cada uma das subdivisões temáticas que iremos descrever informa-se o nome da obra, o autor, o editor, o ano da edição e o ano da morte do autor. A relação que fizemos entre o número de obras em cada subdivisão e seus autores pretendeu demonstrar a heterogeneidade do acervo, contudo, numa parte relevante das obras relacionadas não há indicação do autor, ou por serem manuscritos sem autoria comprovada ou por serem impressos de autor “anônimo” ou de mais de dois autores, identificadas como “vários”.

14 Dantas Pereira traduziu todos os títulos das obras relacionadas no seu *Catálogo*, contudo, optamos por transcrever os mesmos títulos no idioma das edições que constituíam o acervo da Biblioteca dos Guardas-Marinha, e a principal fonte que utilizamos é o próprio catálogo eletrônico da Biblioteca da Marinha, a herdeira do nosso presente objeto de análise, que pode ser acessado pela Rede de Bibliotecas Integradas da Marinha (*Rede BIM*), disponível em: <<http://biblioteca.dphdm.mar.mil.br/pergamum/biblioteca/index.php>>. Acesso em 17 jun. 2013.

volumes, e na história natural, ministrada no último ano da Academia Militar, enfocava-se o sistema de classificação dos reinos animal e vegetal proposto pelo naturalista sueco Carl von Linné, no seu *Systema naturae per regna tria naturae*, editado em 1789 e que veio a ser a base da moderna Taxonomia.¹⁵ Todas essas obras estavam disponíveis na área de ciências naturais.

Essa era a divisão menos aquinhoadas das que constituíam a Biblioteca dos Guardas-Marinha, até porque esses conhecimentos não faziam parte da grade curricular daquela Academia. Contudo, Dantas Pereira propunha que a difusão e o aprofundamento deste ramo científico potencializaria a exploração dos recursos naturais abundantes na colônia americana. Reconhecia nas ciências naturais uma das chaves para se vencer o desafio de fortalecer o Reino de Portugal após sua migração para os trópicos. Ainda em 1808, em ofício ao ministro da Marinha, propôs a criação de um periódico de divulgação científica, a cargo dos lentes da Academia dos Guardas-Marinha, para difundir nos trópicos as “invenções modernas da industria humana” alcançadas no Velho Mundo. No mesmo texto, reforçaria seu juízo sobre o atraso da ciência nessas terras, com a proposta de expansão no ensino da Academia dos Guardas-Marinha para um currículo próximo ao ministrado pela faculdade de matemática da Universidade de Coimbra. Ainda pretendia incluir, ao lado do curso matemático e da qualificação nas artes marinheiras e militares, cursos de comércio e escrituração mercantil e ciências naturais. Dantas Pereira almejava fazer da Academia dos Guardas-Marinha uma “Academia Militar, Náutica e Econômica”, instituição que, sob sua direção, reuniria a formação profissional em áreas que compreendia como essenciais para o fortalecimento do Estado e para a exploração do potencial econômico daquelas novas searas, substituindo outras que permaneceram em Portugal, como a Academia Real de Fortificações, Artilharia e Desenho, a Academia Real de Marinha e a Aula de Comércio de Lisboa. (ALBUQUERQUE, 1982: 14-15)

Nizza da Silva também aponta para a relevância dessa área na difusão científica e na produção editorial do período, sublinhando que a botânica era a disciplina que despertava maior atenção, tanto da administração pública, quanto de particulares, pela sua evidente aplicação na medicina e na agricultura:

Pode dizer-se que a história natural era considerada como uma das ciências mais úteis à sociedade, na medida em que, denominando, classificando e estudando as propriedades de todas as produções naturais, contribuía para a maior felicidade do homem, que assim descobria novas comodidades para a vida. (SILVA, 1977: 143)

15 CARL Linnaeus (1707-1778). In: University of California Museum of Paleontology. Disponível em: <<http://www.ucmp.berkeley.edu/history/linnaeus.html>>. Acesso em 10 set. 2013.

A segunda divisão da Biblioteca remetia ao conteúdo primário do curso identificado como científico dentro da grade curricular da Academia dos Guardas-Marinha, o curso matemático. Era a que tratava justamente das ciências matemáticas puras e mistas,¹⁶ reunindo 196 obras. Não era a divisão com maior número de livros, porém era a que se dividia em uma maior variedade de assuntos, oito ao todo, e contava com alguns dos compêndios mais continuamente empregados nos primeiros sessenta anos de funcionamento daquela instituição militar de ensino. Dentro do que Dantas Pereira estipulava como matemáticas puras, a primeira das oito subdivisões agrupava 26 textos sobre aritmética e álgebra,¹⁷ tópicos abordados logo no 1º ano do curso matemático da Academia dos Guardas-Marinha. E uma das duas obras recomendadas aos lentes da Academia Militar para o ensino da matemática básica no 1º ano fazia parte do acervo dessa subdivisão, a segunda edição de *Elemens d'algebre* do matemático suíço Leonard Euler. (SILVA, 1977: 158)¹⁸ A próxima subdivisão era denominada “Calculo superior” e continha doze obras de doze autores diferentes, incluindo outra obra de Dantas Pereira, um manuscrito nominado *Reflexões sobre a metaphisica do calculo*, escrito em 1806. Todos os livros dessa subdivisão, com exceção do manuscrito citado, teriam sido publicados no século XVIII, e abarcavam o cálculo de probabilidades, o cálculo diferencial e integral e as derivações.

A terceira subdivisão das ciências matemáticas atingia a geometria e a trigonometria, com 21 obras publicadas entre 1534 e 1811 por dezessete autores. A edição mais antiga era justamente de um texto milenar em três volumes, *Clarissimi philosophi, geometricorum, elementorum liber*, atribuído ao matemático grego Euclides. Boa parte das obras recomendadas nos estatutos da Academia Militar para o estudo da geometria e trigonometrias reta e esférica constava dessa seção da Biblioteca dos Guardas-Marinha, como os trabalhos dos matemáticos franceses Sylvestre François Lacroix – contemporâneo de Dantas Pereira e lente da *École Gardes de Marine* de Rochefort – e Adrien-Marie Legendre, este último contando, inclusive, com uma das suas obras vertida para o português: *Geometria e Trigonometria em Português*, de 1809. Dantas Pereira também tinha dois de seus escritos preservados nessa seção, *Memoria sobre huãs novas Taboas math.*, de 1807, e o manuscrito *Geometria elementar*, de 1811.

16 A identificação de matemáticas mistas, em oposição à matemática eminentemente teórica, classificada como pura, refere-se ao que usualmente chamamos, hoje, de matemáticas aplicadas, conforme esclarece Nizza da Silva quando discute a prática científica no começo dos Oitocentos: “Distinguia-se então as matemáticas puras das matemáticas mistas, isto é, aplicadas à arte militar, ao comércio, etc., e eram estas últimas que ocupavam as elites culturais”. (SILVA, 1977: 115)

17 A subdivisão “Arithmetica, e Algebra” reunia 25 obras, impressas entre 1733 e 1804, e um manuscrito (*Reflexões sobre as interpolações* de Couto) de 22 autores diferentes, incluindo duas obras de autoria do próprio Dantas Pereira, *Logarithmos dos numeros naturaes* (Lisboa, 1804) e *Arithmetica universal* (Lisboa, 1798), este último um compêndio escrito para ser utilizado no curso de uma Escola Político-Mercantil projetada, mas nunca constituída, pelo eminente matemático português Francisco de Borja Garção Stockler (REIS, Francisco. FRANCISCO Garção Stockler (1759-1829) In: *Ciência em Portugal*. Personagens e Episódios. Disponível em: <<http://cvc.instituto-camoes.pt/ciencia/p49.html>>. Acesso em 18 ago. 2013). Também há uma tradução sua de obra do matemático francês Marie Jean Antoine Nicolas de Caritat, o marquês de Condorcet (*Meios de aprender a contar*. Lisboa, 1804).

18 A Biblioteca também contava com *Introduction à l'analyse infinitésimale* (Paris, 1796, 2 v.) do mesmo autor.

A próxima subdivisão encerra as obras sobre matemática pura que não se encaixavam nas três seções anteriores, os denominados polígrafos. São 22 obras de quinze autores, publicadas entre 1720 e 1804, que discorrem sobre mais de um campo da matemática. Assim, nessa seção podemos encontrar diversos trabalhos identificados como “cursos” dessa matéria, expressão que já no início do século XIX significava a sistematização de determinado conhecimento. Enquanto um lexicógrafo do início do século XVIII distinguia, dentre os significados de “curso”, a trajetória de um discípulo no estudo de um corpo de conhecimentos: “curso no estudo de alguma sciencia. Andar no curso da Philosophia, ou da Theologia” (CURSO. In: BLUTEAU, v. 2, 1712-1728: 643), Antônio de Moraes e Silva definia, no seu *Diccionario da lingua portugueza*, “curso” como “Corpo de lições, preleções, leituras; v. g. curso de *Cirurgia, de Mathematica: curso de Historia.*” (CÚRSO. In: SILVA, v. 1, 1789: 505 - grifos do autor) A subdivisão contava com os cursos de matemática de Bernard Forest de Béliador, Charles Étienne Louis Camus, Joseph Saurin e Charles Bossut, editados na França ao longo do século XVIII. O último desses matemáticos franceses, o abade Bossut, era recomendado para o ensino de mecânica e hidrodinâmica, no 3º ano, e fortificações, arquitetura militar e civil, no 6º ano da Academia Militar. (SILVA, 1977: 159-161)

Porém, a obra mais significativa nessa tipologia era o *Cours de mathématiques a l'usage des Gardes du Pavillon et de Marine* (Paris, 1775. 5 v.), primeira publicação orientada para o ensino de matemática dos candidatos a oficial da Marinha francesa, que teve sua primeira edição, em quatro volumes, lançada entre 1764 e 1767. Seu autor, o matemático francês Étienne Bezout (1730-1783), admirador da obra de Leonard Euler e membro, desde 1758, da *Académie des Sciences* fundada por Luiz XIV, foi nomeado, em 1763, pelo duque de Choiseul, então ministro da Marinha francesa, examinador dos *gardes de la Marine* e encarregado de organizar um curso que agrupasse toda a matemática essencial para a atividade marítima, o que redundou na citada. (BOITEUX, 1940: 20) A Biblioteca também contava com outro compêndio especializado para o ensino de militares da lavra de Bezout, *Cours de mathématiques à l'usage du Corps Royal de l'Artillerie* (1781), produzido quando esse autor sucedeu Charles Camus como examinador do Corpo de Artilharia do Exército francês, contudo, foi o Curso para os *Gardes du Pavillon et de Marine* que constituiu a base do conteúdo ministrado nos três anos letivos do curso matemático da Academia dos Guardas-Marinha desde, pelo menos, o ano de 1789. (BOITEUX, H., 1939: 318) A reputação da obra de Bezout na alta administração da Marinha portuguesa era tanta que, em 1809, o Quartel General de Marinha transmitia ao comandante da Academia dos Guardas-Marinha a reprimenda do almirante-general da Armada d. Pedro Carlos a um lente que se recusava a utilizar o compêndio de Bezout:

deverá informar sem perda de tempo; porque motivo, tendo S.A.R. Mandádo, que nas Reaes Academias de Marinha se ensine o curso Mathematico de Bezout, e providenciádo a consequente remessa de compendios para essa Capital por conta da Real Faz.^a se acha

introduzido Legandre [sic]¹⁹ no ensino da Academia, sem S.A. haver ordenado, ou aprovado a sua introdução, e feito excluir a Geometria do Referido Curso. (REGISTRO de 2 de setembro de 1809, SM-AN, IIIM552)

As censuras do almirante general da Armada aos lentes que se afastavam dos métodos de ensino consagrados continuaram em 1810 e 1811, (REGISTROS de 23 de fevereiro de 1810 e 8 de julho de 1811, SM-NA, IIIM552) e a resposta a um aviso da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha que pedia o detalhamento dos conteúdos ministrados por cada um dos lentes da Academia dos Guardas-Marinha comprova que, em 1838, o consagrado método de Bezout ainda era a principal ferramenta para o lente do 1º ano do curso de matemática ensinar aritmética, álgebra até composição das equações, geometria, trigonometria plana e o uso das tábuas logarítmicas aos seus discípulos.²⁰

Ainda na divisão que tratava das ciências matemáticas, as quatro últimas seções detalhavam as aplicações práticas desse corpo de conhecimentos, as chamadas matemáticas mistas. A subdivisão dedicada à astronomia contava com 35 publicações, e um manuscrito, de 26 autores, editadas de 1720 a 1801, além de uma série de almanaques náuticos do século XVIII e alguns manuscritos narrando observações realizadas no Real Observatório de Marinha, em Lisboa, até o ano de 1807. Os três autores referidos nos estatutos da Academia Militar para as lições do 4º ano sobre “sistema do mundo” e “mecânica celeste” estavam presentes no *Catalogo* da Biblioteca dos Guardas-Marinha: os astrônomos franceses Nicolas Louis de Lacaille, Joseph Jérôme le François de Lalande e Pierre-Simon Laplace.

Já a seção sobre mecânica reunia 31 impressos e quatro manuscritos de 27 autores, publicados entre 1720 e 1808, onde os lentes da Academia Militar poderiam encontrar os estudos de Jean Antoine Fabre e do abade Bossut, recomendados pelos estatutos daquela escola para o ensino de mecânica e hidrodinâmica das turmas de 3º ano. (SILVA, 1977: 159) Porém, nessa seção se destacam os livros sobre o que chamamos hoje de engenharia hidráulica, como a *Architecture Hydraulique* (1737) de Bélidor, os apontamentos do arquiteto francês Jean Rodolphe Perronet sobre as obras no canal da Borgonha (1788), a *Nouvelle Architecture Hydroligue* do barão Riche de Prony, esse também recomendado pelos estatutos da Academia Militar, e memórias manuscritas sobre importantes intervenções feitas em canais e portos de Portugal.²¹ Mas, havia, também, muitos livros sobre mecânica das máquinas, especialmente as mais usuais nos navios, como *Traité des horloges marines*

19 O autor referido é o matemático francês Adrien-Marie Legendre, com algumas obras de aritmética, álgebra e geometria registradas, em 1812, no acervo da Biblioteca dos Guardas-Marinha.

20 Relação nominal dos Professores, e mais Empregados na Academia dos Guardas Marinhas, em que se declara as matérias, que cada um deles ensina em seu respectivo ano, 5 fev. 1838. José Pereira Pinto. Anexo ao ofício de José Pereira Pinto a Joaquim José Rodrigues Torres, 5 fev. 1838. XM950 - “Documentos e Ofícios da Academia de Marinha (1830-1839)”, SM-AN.

21 O *Catalogo* indica os manuscritos n. 32 e 35, com, respectivamente, as descrições sobre o encanamento do rio Lima e sobre o porto de S. Martinho, ambos de Auffdiener, e os n. 36 e 92, sobre os melhoramentos dos portos de mar e a abertura da barra de Aveiro, de Cordeiro.

(Paris, 1773) e *Essai sur l'horlogerie: dans lequel on traité de cet art, relativement à l'usage civil, à l'astronomie & à la navigation, en établissant des principes confirmés par l'expérience* (Paris, 1786), do relojoeiro e inventor suíço Ferdinand Berthoud, especialista na fabricação dos cronômetros marítimos, precisos relógios de corda introduzidos nos navios, a partir de 1735, para determinar a longitude a partir de um meridiano de referência.²²

Na subdivisão de ótica, perspectiva e cronometria, o *Catalogo* lista vinte trabalhos produzidos por treze autores, publicados entre 1729 e 1804, onde sobressai o tratado sobre ótica de Isaac Newton, em tradução para o francês aprovada pela *Académie des Sciences* e editada em 1787.²³ A *Geometrie descriptive: leçons données aux écoles normales l'an 3 de la République* (Paris: Baudouin, 1798) do matemático francês Gaspar Monge, presente nessa seção, vinha a ser a referência para o ensino da geometria descritiva no 2º ano da Academia Militar. (SILVA, 1977: 159) E, fechando a divisão dedicada às ciências matemáticas, a seção dos polígrafos das matemáticas mistas reúne 24 impressos de dezenove autores, editados de 1691 a 1799, e contém outra obra de Isaac Newton, *Equitis aurati, opuscula mathematica philosophica et philologica*, editada na Suíça em 1744.

A terceira grande divisão da Biblioteca dos Guardas-Marinha, voltada às “ciências e artes navais”, agrupava todas as obras concernentes à atividade marítima em si, não distinguindo, dentre suas seis subdivisões, quais o organizador valorava como ciências e como artes. Confrontada com a separação entre as matérias do curso matemático, considerado como o de conteúdo eminentemente científico, e das artes, presente na grade curricular da Academia dos Guardas-Marinha, a primeira seção dessa divisão, dedicada à arquitetura naval, encerrava dezoito impressos e seis manuscritos tidos como exemplos das artes navais.²⁴ Os livros dessa seção foram publicados entre 1688 e 1805 por dez diferentes autores e quatro dos seis manuscritos versavam sobre o corte de madeira para a construção de navios. Um deles, o *Compendio de Construção pratica do úzo da R.^l Ac.^a dos GG MM*, teria sido feito, como o próprio nome permite supor, para a instrução dos alunos da Academia.

A seção nomeada “Cordoaria, Instalação, e Manobra”, exarava a prática exercitada nas lições de Aparelho e Manobra pelos alunos do 1º ano. Como que a comprovar a transmissão oral que caracterizou a perpetuação das artes e ofícios, essa seção agrupava somente dezoito obras de doze autores diferentes, publicadas entre 1757 e 1799. Já a seção de geografia e

22 Reconhecendo a nossa incapacidade de melhor explicar, em poucas palavras, a determinação de longitudes no mar, recorreremos à explanação do historiador naval Helio Leoncio Martins: “O processo [de definição da longitude] basicamente consistia em determinar-se astronomicamente a hora local (por processos atualmente em desuso) e compará-la com a mesma hora no meridiano de referência, que podia ser o do Rio de Janeiro, Paris e, posteriormente aceito mundialmente como padrão, o de Greenwich, na Inglaterra. Antes de 1735, quando John Harrison, um carpinteiro, inventou o cronômetro de corda, que podia ser levado a bordo dos navios (o que não acontecia com o cronômetro de pêndulo que tinha o seu funcionamento inviabilizado pelos balanços das embarcações no mar), as longitudes só eram obtidas com a “estima”, isto é, com as distâncias e os rumos que os navios teriam navegado.” (MARTINS, 2006: 19)

23 NEWTON, Isaac. *Optique de Newton*. Paris: Chez Leroy, Libraire, 1787. 2v.

24 No segundo ano letivo, os alunos da Academia dos Guardas-Marinha recebiam uma série de conhecimentos sobre equipamento, reparo e construção de navios. Todos esses saberes, presentes no curso das artes, eram identificados como as lições de Arquitetura Naval.

hidrografia estava entre as mais numerosas, contendo 46 obras de 29 autores, impressas entre 1726 e 1803, na sua maioria narrativas de viagens marítimas, descrições do relevo de litorais e roteiros de pilotos²⁵ das rotas que partiam de Portugal para a Costa africana, as Índias Ocidentais e Orientais, o Mediterrâneo e o canal da Mancha.

A seção sobre pilotagem era a que reunia o maior número de trabalhos, 52 ao todo, 47 impressos e cinco manuscritos de quarenta autores, publicados entre 1554 e 1800. A edição mais antiga era a do clássico manual de navegação astronômica do cosmógrafo dos reis de Espanha, Pedro de Medina, numa versão editada em Lion, França, e ilustrada com diversos mapas. Mas o acervo também contava com tratados de navegação de outros cosmógrafos espanhóis, como Andrés Garcia de Céspedes e José de Mendoza e Rios, e de portugueses, como o *Tratado completo da navegação: oferecido a El Rey nosso Senhor D. Joseph I* (Lisboa: Oficina de João Antonio da Silva, 1779) de Francisco Xavier do Rego.

Diferentemente das demais seções da divisão de ciências e artes navais, um dos assuntos da subdivisão denominada “Táctica, Telegraphia, e Governo militar-nautico” estava elencado dentre as matérias do curso matemático, conforme definidas pelos estatutos de 1796: a tática. Embora não se relacionasse diretamente à matemática e dissesse mais respeito à manobra do navio que à navegação em si, os procedimentos empregados no combate entre navios e forças navais eram apresentados na matéria “Rudimentos da Tactica Naval”, ministrada no 3º ano do curso matemático da Academia dos Guardas-Marinha. Nessa subdivisão, estavam relacionados 33 trabalhos de dez autores diferentes, publicados entre 1450 e 1807, onde apareciam ensaios sobre tática naval, como *Rudimentos de tactica naval para instruccion de los oficiales subalternos de marina* (Madri: D. Joachin Ibarra, 1776) do almirante espanhol d. Jose de Mazarredo Salazar y Gortazar; *L'Art des Armées Navales* (Lion: Chez Anisson, 1727) do padre jesuíta Paul Hoste – o primeiro tratado publicado sobre táticas navais, em 1697 –; ou *Essay on Naval Tactics* do teórico escocês John Clerk of Eldin, na versão em inglês (1804) ou traduzida por Manoel do Espírito Santo Limpo (*Ensaio de tactica naval, por João Clerk, traduzido livremente do inglez...* v. 1. Lisboa: Arco do Cego, 1801).

Também se faziam presentes obras sobre administração das marinhas de guerra, como os discursos do oficial de marinha Armand de Kersaint, que tornou-se político durante a primeira fase da Revolução Francesa (1789-1799). Contudo, sobressaíam as legislações e regulamentações das marinhas de guerra europeias, como a ordenança naval francesa de 1689, as espanholas de 1748 e 1793, os artigos de guerra ingleses e inúmeros regimentos

25 Os roteiros de piloto constituíam uma descrição pormenorizada de determinada rota (trajeto que ligava o porto de partida ao pretendido porto de chegada) que precederam as cartas marítimas, ou cartas hidrográficas, desde o século XV, conforme explica Martins: “Os navegantes utilizavam roteiros bem completos, como o de Manuel Pimentel, Cosmógrafo do Rei de Portugal (seu título), de 1777. Só no século XIX apareceram as cartas produzidas com informações que interessavam diretamente aos navegantes, como sondagem, circulação de correntes, regime de marés, pontos conspícuos da costa evidenciados a fim de serem reconhecidos, magnetismo, qualidade do fundo para facilidade de fundeio, etc.” (MARTINS, 2006: 13)

portugueses, desde uma certa *Carta Régia sobre a jurisdição do Almir.^{te}* de 1450.²⁶ Encerrando aquela divisão, os polígrafos de artes e ciências navais agrupavam 33 impressos de 22 autores, editados entre 1691 e 1807.

A quarta divisão da Biblioteca dos Guardas-Marinha era dedicada às ciências e artes militares de terra, agregando 77 obras divididas por três seções. Na primeira, destinada à artilharia e cavalaria, estavam relacionados 28 impressos e dois manuscritos pertencentes a dezenove autores, produzidos entre 1720 e 1804. Desde o *Exame de Artilheiros* (1744) e *Exame de Bombeiros* (1748) do engenheiro militar português José Fernandes Pinto Alpoim, célebre na história militar do Brasil colonial,²⁷ até as *Instrucçoenz Militares* (1796) de Frederico II da Prússia. Voltamos a encontrar, a partir desta divisão, similaridades entre o acervo da Biblioteca e as obras recomendadas aos lentes da Academia Militar. Nessa seção aparecem os tratados sobre artilharia de Bezout (o já citado *Cours de mathématiques à l'usage du corps royal de l'artillerie*. Paris: Imprimerie Royale, 1772. 6v.) e do engenheiro militar e matemático inglês Benjamin Robins (*Nouveaux principes d'artillerie*. Dijon: Chez L. N. Frantin, 1783). (SILVA, 1977: 159) Outra seção destinava-se a engenharia militar e infantaria, com quinze livros e seis manuscritos de dezoito autores, publicados entre 1728 e 1802. A edição mais antiga, de 1728, era *O engenheiro portuguez* de Manoel Azevedo Fortes, mas, também, lá estavam obras como *De l'attaque et de la defense des places* (La Haye: Chez P. de Hondt, 1737), do célebre arquiteto militar de Luiz XIV Sébastien Le Prestre de Vauban, ou o *Regulamento de Infantaria* (1763) uma das normalizações redigidas pelo conde de Schaumburg-Lippe para o Exército português de d. José I. A última subdivisão das ciências e artes militares de terra incluía os 25 impressos e um manuscrito sobre tática, governo militar e polígrafos, produzidos por dezessete autores entre 1727 e 1806.

A quinta e última divisão, denominada Polimatia, reunia tudo o que não cabia nos grandes temas das outras separações da Biblioteca, sendo, assim, a mais robusta, com 225 títulos. Contudo, guardava uma criteriosa organização em seis diferentes seções distinguidas pela temática, tipologia ou idade dos trabalhos nelas agrupados. A primeira dessas seções reunia 29 livros e um manuscrito sobre história, escritos por 26 diferentes autores e editados entre 1727 e 1804. Ressalta-se que, embora a história não fosse uma matéria regular nos três anos letivos da Academia dos Guardas-Marinha, a seção contava com uma boa quantidade de títulos se comparada com temáticas de maior presença na grade curricular da própria Academia, como geometria e trigonometria, com 21 livros, e arquitetura naval, com 24 obras.

26 O *Catalogo* não fornece maiores informações sobre essa legislação, porém, Saldanha cita uma “sentença a favos da jurisdição do Almirante”, de 23 de maio de 1450, quando arrola a farta normalização acerca das prerrogativas do cargo de almirante no Portugal dos séculos XV e XVI sobre os demais oficiais régios e as próprias municipalidades (SALDANHA, 1988: 147); Moreno se refere à legislação de mesma data (23 de maio de 1450), tipificando-a como carta régia, e indicando que dava ao detentor do cargo, Rui de Melo, “jurisdição sobre os alcaides, Arrais e petintais das galés e ainda sobre os desertores; quando fosse necessário armar uma frota, pertencer-lhe-ia a mesma jurisdição que fora concedida por D. Dinis em carta de privilégios aos almirantes.” (MORENO, 1980: 864-865)

27 Ver CIDADE, 1998: 93-99; MAGALHÃES, 1998: 164; SODRÉ, 2010: 71-72; TAVARES, 2000: 182-185.

Aqui cabe esclarecer como e porque conteúdos da história eram repassados aos alunos-militares da Academia dos Guardas-Marinha. Os alunos recém aprovados no primeiro ano deveriam, antes de começar o segundo ano letivo, passar por um teste definitivo que comprovasse sua capacidade física e mental para exercer funções militares em navios. Prestariam um período de “estágio”, embarcados em grupo, em um navio da Marinha portuguesa. Porém, não em um preparado para a instrução de proto-oficiais de marinha, como os atuais navios-escola, mas numa belonave em comissão real de combate. Preferencialmente nas fragatas e corvetas que guardavam os portos e protegiam navios-mercantes portugueses do ataque de corsários e piratas, frequentes no final do século XVIII na Costa africana do Mediterrâneo. Entretanto, o chamado “Ano de Embarque” tinha duração imprecisa, e o embarque do destacamento de guardas-marinha, por vezes, demorava a acontecer. Assim, as semanas que permaneciam na Academia, antes e depois do período de embarque, não podiam ser desperdiçadas, pois urgia naquele tempo de emergência de novos padrões de ensino a “economia do tempo”, conforme assinalada por Foucault em um de seus mais conhecidos textos. (FOUCAULT, 1977: 134-135)

Era justamente nesse período que os alunos seriam iniciados na “Lição dos factos memoráveis das Marinhas Militares, quando para Ella haja ainda mais algum tempo; visto que esta Lição deve contribuir muito para lhes formar o espírito necessário para a execução das Acções grandes, e Heróicas, annexas ao seu importante destino.”²⁸ Embora citada nos estatutos de 1796 e, talvez, até mesmo ministrada nesses períodos de fuga do ócio entre o embarque e os anos letivos, a história como campo de conhecimento de interesse para a apreensão da “ciência da guerra” encontrava lugar tão insipiente na Academia dos Guardas-Marinha como o verificado, anos depois, pelo espaço reservado a ela na Real Academia Militar do Rio de Janeiro, afastada que foi do rol de matérias regulares para os sete anos de ensino instituídos pelo regulamento primitivo de 1810.²⁹

Naquele período, a história não ocupava, na formação do oficialato, o lugar preponderante conquistado após a elevação dos modelos prussianos de ensino militar superior e de organização dos centros de decisão em estados-maiores como padrões a serem adotados, em maior ou menor medida, nos exércitos ocidentais. O uso pioneiro da história militar na reflexão sobre o fenômeno da guerra empreendido por Clausewitz e o enfoque dado por Moltke à história como instrumento privilegiado para a elaboração do planejamento estratégico colocaram essa disciplina em pé de igualdade com as disciplinas

28 Item XIV do título “Da Admissão e Promoções dos Discípulos” da carta régia de 1º de abril de 1796, transcrita em SCAVARDA, 1955: 55.

29 No primeiro regulamento da Academia Militar admitia-se o ensino da história militar “de todos os povos: os progressos que na mesma fez cada nação; e dando uma idéia dos maiores generais nacionais e estrangeiros; explicará também dos planos das mais célebres batalhas, o que acabará de formar os alunos, e os porá no caso de poderem com grande distinção ser verdadeiramente úteis ao meu real serviço em qualquer aplicação que eu seja servido dar-lhes.” (Extrato do título segundo da “Carta de D. João estabelecendo na cidade do Rio de Janeiro uma Academia Real Militar”, de 4 de dezembro de 1810, transcrita em: DUARTE, 2004: 173) Porém, esse conteúdo somente seria ministrado num projetado, mas nunca instituído, oitavo e último ano letivo. Motta aponta como uma das poucas falhas do currículo inicial da Academia Militar a falta da “Geografia e da História, sobretudo da História Militar”. (MOTTA, 2001: 23; 27)

matemáticas, antes relacionadas à emergente ciência militar pelo seu recorrente uso nas armas de Artilharia e Engenharia. (CRAIG, 2001: 438) A ação militar como objeto de estudo por meio da história – superada a valorização do gênio inato do líder militar e aproximando-se do campo da ciência através da busca de leis gerais que tornasse inteligível e previsível o desenvolvimento da guerra – ainda não atingira, nesse período, a profundidade analítica clausewitziana, que reconhecia na “névoa da guerra”, para usar uma consagrada expressão deste prussiano, um cabal impedimento para a consecução de formulações absolutas ou para a procura por regularidades oriundas do primado do método científico vinculado à racionalidade das Luzes. Para Moltke, a “névoa” somente poderia ser dissipada através de uma aproximação multidisciplinar apoiada nas experiências humanas.³⁰

Mesmo nos atendo apenas aos enunciados que prometiam as lições de história nos regulamentos das academias da Marinha e do Exército que funcionaram no Brasil a partir da instalação da Corte joanina, observamos que se buscava definir um saber aplicado à atividade militar onde os “fatos memoráveis” das grandes marinhas e as “célebres batalhas” contribuiriam “para lhes formar o espírito necessário para a execução das ações grandes”. Isto é, que a descrição precisa dos eventos militares servisse de exemplo, tanto tático, como moral, para a conduta em combate; segmentando-se no que seria, muito mais tarde, e de maneira um tanto pejorativa, nomeado história-batalha. (PARENTE, 2006: 38-41; SANCHES, 2010: 1) Mas essa história-batalha não prefiguraria, ainda, a “investigação metódica” da guerra e dos eventos militares segundo os “dois principais modelos historiográficos da História Militar [...] elaborados por Clausewitz e Ranke.” (PARENTE, 2006: 40) O paradigma histórico que envolvia essas propostas oitocentistas do ensino da história militar ainda prescindia do método histórico sistematizado, em meados do século XIX, pelo movimento de consolidação da história como disciplina e profissão. Através do pouco que nos chega pelas fontes, a história militar intentada pelos estatutos das citadas academias, distantes quatorze anos entre si, apresentava-se dentro de uma tradição que remontava os primeiros cronistas das guerras, uma memória política “apresentada como a história dos grandes feitos de grandes homens – chefes militares e reis.” (BURKE, 1991: 11) Essa narrativa triunfalista,³¹ recuperada da Antiguidade Clássica pelo Estado absoluto, enaltecia o “arquetipo dos grandes generais”, mas, também, fazia “a apologia do legionário romano como modelo do soldado ideal”, legitimando a subordinação como característica inerente ao militar. (PARENTE, 2006: 40)

30 O marechal de campo Helmuth Karl Bernhard, graf von Moltke, reconheceu que, para o líder militar envolvido na guerra, “o problema é captar os inúmeros aspectos, cobertos pelo manto da incerteza, com que se apresenta a situação real, avaliar os fatos corretamente e tentar adivinhar os elementos desconhecidos para chegar a uma rápida decisão e depois efetivá-la vigorosa e implacavelmente [...]. É óbvio que o conhecimento teórico não é suficiente, mas numa situação assim, as qualidades mentais e o caráter podem dar largas a uma expressão livre, prática e artística, embora fundamentada no treinamento militar e apoiada pela história militar e pela própria vida.” (Apud: HOLBORN, 2001: 388).

31 Note-se que a tradição historiográfica que ocupava-se, preponderantemente, da narração dos eventos políticos e militares, embora vigente no período em questão, na transição do século XVIII para o XIX, já sofria a concorrência de visões da história que dialogavam com o Iluminismo, o que Burke nomeou como uma história sociocultural que teve como seus representantes John Millar, E. Gibbon e, tardiamente, Michelet. Contudo, ambas, foram superadas pela história atualmente vista como meramente política e simbolizada na obra de Leopold von Ranke. (BURKE, 1991: 11-15)

Encontram-se na seção dedicada à história desde obras de interesse específico para os quadros das marinhas de guerra – como a conhecida *História Tragico-marítima* (1735) de Bernardo Gomes de Brito, alguns títulos da coleção *Vie des plus célèbres Marins* (1789) do biógrafo francês Adrien Richer, *Essai sur la marine des anciens* (Paris: Chez David; Chez Ganeau, 1768) do filósofo francês André-François Deslandes e *Histoire navale d’Angleterre* (Lion: Chez les Freres Duplain, 1751. 3 v.) do inglês Thomas Lediard – até obras mais gerais. Inevitáveis eram as que versavam sobre a história pátria, como as *Decadas (Da Asia de Joao de Barros e de Diogo de Couto*. Lisboa: Regia Officina Typografica, 1778) dos historiadores João de Barros e Diogo de Couto, as *Chronicas dos Reis de Portugal* (Lisboa: M. Coelho Amado, 1774) de Duarte Nunes de Leão e as *Chronica do Serenissimo Principe D. João* (Coimbra: Real Officina da Universidade de Coimbra, 1790) de Damião de Góis, mas também poderiam ser encontradas narrativas militares, como *Histoire militaire du Prince Eugene de Savoye, Marlborough et du Prince de Nassau-Frise* (1729), de Jean Dumont, e trabalhos de história geral que conjugavam da vertente enciclopedista, como *Le Gran Dictionnaire Historique* (1759) de Louis Moréri e o *Dictionnaire historique portatif des grands hommes* (Paris: Didot, 1777) de Jean-Baptiste Ladvocat.

A outra subdivisão “temática” da grande divisão Polimatia descortinava os relatos de viajantes. São 38 relatos publicados entre 1559 e 1802, de 29 autores diferentes. Lá estavam os difundidos relatos dos circunavegadores ingleses John Byron (*Voyage autour du monde fait en 1764 et 1765 sur le vaisseau anglais le Dauphin*. Paris: Chez Molini, 1767), James Cook e James King (*A voyage to the Pacific ocean*. Londres: G. Nicol and T. Cadell, 1785) e menos afamados, como o do francês Étienne Marchand (*Voyage autour du monde pendant les annés 1790, 1791 et 1792*. Paris: Impr. de la Republique, 1798). Mas havia também compilações, como a *Histoire generale des voyages* (Paris: Chez Didot, 1746-1789. 20v.) de Antoine François Prévost, ou obras de cunho quase ficcional, como a do navegador e corsário francês Jean Alphonse (*Les voyages aventureux du Capitaine Ian Alfonse*. Poitiers, 1559).³² Entretanto, são quase inexistentes os relatos produzidos por portugueses ou sobre suas explorações, mormente a amplitude de suas conquistas. Identificamos somente uma obra produzida por e sobre viagem de portugueses, *Jornada, que Antonio de Albuquerque Coelho, Governador e Capitão General da Cidade do Nome de Deos de Macao na China, fez de Goa até chegar à dita cidade no anno de 1718* (Lisboa: Occidental na Officina da Musica, 1732) de João Tavares de Velez Guerreiro.³³

As quatro outras seções da quinta divisão da Biblioteca foram organizadas segundo critérios que, provavelmente, não auxiliariam os consulentes no “prompto conhecimento,

32 Jean Alphonse de Saintonge, que se empregou em navios portugueses e esteve no Brasil, relatou suas viagens “num livro um tanto imaginoso”, segundo John Hemming. (HEMMING, 2007: 57)

33 Antônio de Albuquerque Coelho (1682-1745), mestiço nascido no Maranhão, foi militar e funcionário da administração portuguesa no Oriente na primeira metade do século XVIII, tendo sido governador de Macau, Timor e Patê. O autor do relato, Velez Guerreiro, era um oficial militar a serviço de Albuquerque Coelho. CORREIA, Arlindo N. M. Antônio de Albuquerque Coelho (1682-1745). 2009. Disponível em: <<http://www.arlindo-correia.com/070709.html>>. Acesso em 13 set. 2013.

seja do progresso, ou marcha do espírito humano” (DANTAS PEREIRA, 1812: 1), já que separavam as obras restantes pela sua tipologia e idade. As últimas subdivisões agrupavam as obras em: literatura e manuscritos médios, com gramáticas e dicionários constituindo a maior parte das obras impressas; manuscritos antigos, a quase totalidade do século XVI; manuscritos modernos e miscelânea.

Bibliografia :

ALBUQUERQUE, Antônio Luiz Porto e. *Da Companhia de Guardas-Marinha e sua Real Academia à Escola Naval, 1782-1982*. Rio de Janeiro: Xerox do Brasil, 1982 (Biblioteca Reprográfica Xerox, 27).

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728. 8 v.

BOITEUX, Henrique. O Chefe de Esquadra José Maria Dantas Pereira de Andrade: O primeiro diretor da nossa Academia de Marinha. *Subsídios para a História Marítima do Brasil*, Rio de Janeiro, v. 2, p. 314-331, 1939.

BOITEUX, Lucas Alexandre. *A Escola Naval* (Seu histórico), 1761-1937 – primeira parte. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1940.

BURKE, Peter. *A Revolução francesa da historiografia: a Escola dos Annales 1929-1989*. São Paulo: UNESP, 1991.

CIDADE, Francisco de Paula. *Cadetes e Alunos Militares através dos Tempos*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1961.

CRAIG, Gordon A. Delbrück: O Historiador Militar. In: PARET, Peter (ed.). *Construtores da Estratégia Moderna: De Maquiavel à Era Nuclear*. t. 1. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2001.

DANTAS PEREIRA, José Maria. *Catalogo da Biblioteca da Academia dos Guardas Marinhas, creada por ordem de S.A.R. (Manuscrito - Fac-símile)* Rio de Janeiro, 1812.

DUARTE, Elaine Cristina Ferreira. *Da Real Academia à Escola Militar: a Profissionalização das Armas e a Consolidação do Ensino Militar no Brasil, 1810-1855*. 2004. 186 f. Dissertação (Mestrado em história) - Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

ELIAS, Norbert. *The Genesis of the Naval Profession*. Dublin: University College Dublin Press, 2007.

FOUCAULT, Michael. *Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão*. Petrópolis: Vozes, 1977.

HEMMING, John. *Ouro Vermelho: A Conquista dos Índios Brasileiros*. São Paulo: EDUSP, 2007.

HOLBORN, Hajo. A Escola Germano-Prussiana: Moltke e a Ascensão do Estado-Maior. In: PARET, Peter (ed.). *Construtores da Estratégia Moderna: De Maquiavel à Era Nuclear*. t. 1. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2001.

HUNTINGTON, Samuel P. *O Soldado e o Estado: teoria e política das relações entre civis e militares*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1996.

MAGALHÃES, João Batista. *A evolução militar do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1998.

MAIA, João do Prado. *A Marinha de Guerra do Brasil na Colônia e no Império: tentativa de reconstituição histórica*. 2 ed. Rio de Janeiro: Cátedra, 1975.

MARTINS, Helio Leoncio. *Abrindo estradas no mar: hidrografia da costa brasileira no século XIX*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2006.

MORENO, Humberto Baquero. *A Batalha de Alfarrobeira: Antecedentes e significados históricos*. v. II. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1980.

MOTTA, Jehovah. *A Formação do oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar, 1810-1944*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2001.

PARENTE, Paulo André Leira. Uma Nova História Militar? Abordagem e campos de investigação. *Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro, ano 66, n. 93, p. 37-45, 2006.

PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Lingua Brasileira por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Provincia de Goyaz*. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832.

RIBEIRO, José Silvestre. *História dos Estabelecimentos Scientificos, Litterarios e Artisticos de Portugal nos successivos Reinados da Monarquia*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1871-1873 (t. I - III).

SALDANHA, António Vasconcelos de. *O Almirante de Portugal: estatutos quatrocentistas e quinhentistas de um cargo medieval*. Coimbra: Separata da Revista da Universidade de Coimbra, v. XXXIV, p. 137-156, 1988.

SANCHES, Marcos Guimarães. A Guerra: problemas e desafios do campo da história militar brasileira. *Revista Brasileira de História Militar* (eletrônica). ano 1, n. 1, abr. 2010. Disponível em: <<http://www.historiamilitar.com.br/index1.html>> Acesso em 4 set. 2011.

SCAVARDA, Levy. A Escola Naval através do tempo. *Subsídios para História Marítima do Brasil*, Rio de Janeiro, v. XIV, p. 9-294, 1955.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *A longa viagem da biblioteca dos reis: do terremoto de Lisboa à independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SILVA, Antônio Moraes. *Diccionario da lingua portugueza - recopilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por Antonio de Moraes Silva*. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1789. 2v.

SILVA, Carlos André Lopes da. *A Real Companhia e Academia dos Guardas-Marinha: aspectos de uma instituição militar de ensino na alvorada da profissionalização do oficialato militar, 1808-1839*. 2012. 301 f. Dissertação (Mestrado em história social) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Cultura e Sociedade no Rio de Janeiro: 1808-1821*. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, 1977 (Brasiliiana, 363).

SOARES, Joaquim Pedro Celestino. *Quadros Navaes ou collecção dos folhetins marítimos do Patriota seguidos de huma Epopéia Naval Portugueza*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1861-1869. 4t.

SODRÉ, Nelson Werneck *História Militar do Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

TAVARES, Aurélio de Lyra. *A engenharia militar portuguesa na construção do Brasil*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2000.

Texto recebido em 8 de outubro de 2013 e aprovado em 12 de fevereiro de 2014